

Explorações do antivalor em Francisco de Oliveira e David Harvey

Explorations of anti-value in Francisco de Oliveira and David Harvey

Exploraciones del antivalor en Francisco de Oliveira y David Harvey

Explorations de l'antivaleur chez Francisco de Oliveira et David Harvey

Paulo Cesar Xavier Pereira 

Universidade de São Paulo
São Paulo, São Paulo, Brasil
pcxperei@usp.br

Vinicius Kuboyama Nakama 

Universidade de São Paulo
São Paulo, São Paulo, Brasil
vinicius.nakama@usp.br

Kamir Freire Gemal 

Universidade de São Paulo
São Paulo, São Paulo, Brasil
kamirgemal@gmail.com

Tales Fontana Siqueira Cunha 

Universidade de São Paulo
São Paulo, São Paulo, Brasil
tales.cunha14@gmail.com

Luis Andrés Cevallos Serrano 

Universidade de São Paulo
São Paulo, São Paulo, Brasil
andrescevallos@usp.br

RESUMO

Este estudo examina a noção de antivalor nas obras de Francisco de Oliveira e David Harvey, em diálogo com Marx, visando ampliar a compreensão teórica dos movimentos do valor. A abordagem qualitativa discute e avança sobre a elaboração conceitual dos autores, destacando aproximações e distanciamentos em suas concepções. Como resultado, propõe-se a tríade valor, antivalor e não-valor enquanto contribuição ao debate crítico.

PALAVRAS-CHAVE: tríade; valor; não-valor.

ABSTRACT

This study examines the notion of anti-value in the works of Francisco de Oliveira and David Harvey, in dialogue with Marx, aiming to expand the theo-

retical understanding of the value in motion. The qualitative approach discusses and advances the conceptual elaboration of the authors, highlighting convergences and divergences in their conceptions. As a result, the triad of value, anti-value, and non-value is proposed as a contribution to the critical debate.

KEYWORDS: triad; value; non-value.

RESUMEN

Este estudio examina la noción de antivalor en las obras de Francisco de Oliveira y David Harvey, en diálogo con Marx, con el objetivo de ampliar la comprensión teórica de los movimientos del valor. El enfoque cualitativo discute y avanza en la elaboración conceptual de los autores, destacando convergencias y divergencias en sus concepciones. Como resultado, se propone la tríada valor, antivalor y no-valor como una contribución al debate crítico.

PALABRAS CLAVE: tríada; valor; no-valor.

RÉSUMÉ

Cette étude examine la notion d'antivaleur dans les œuvres de Francisco de Oliveira et David Harvey, en dialogue avec Marx, visant à approfondir la compréhension théorique des mouvements de la valeur. L'approche qualitative discute et développe l'élaboration conceptuelle des auteurs, en soulignant les convergences et divergences dans leurs conceptions. En conclusion, la triade valeur, antivaleur et non-valeur est proposée comme une contribution au débat critique.

MOTS-CLÉS: triade; valeur; non-valeur.

INTRODUÇÃO

O antropoceno conduz a sociedade a uma crise multidimensional, envolvendo aspectos econômicos, ecológicos e sociais, que se manifestam em diversas áreas da vida, como emprego, educação e a reprodução do cotidiano. Essa sobreposição de crises está enraizada nos movimentos de valorização do capital, que concentram poder e riqueza nas classes dominantes. A intensificação das desigualdades, o comprometimento do metabolismo social e a degradação espacial, quando compreendidos como consequência da (re) produção do capital, implicam um duplo desafio: entender o novo significado das dinâmicas do valor em sua movimentação e a relação entre a luta de classes e a valorização do capital.

Para enfrentar esta situação crítica da civilização, que não é necessariamente uma crise para o capital, as proposições não devem se resumir mais à busca pelo crescimento contínuo ou ao desenvolvimento sustentável, nem se limitar às tentativas de decrescimento. Desafiar crítica e radicalmente a sociedade do mais-valor exige repensar o movimento do capital à luz da teoria do valor:

- i. considerando a possibilidade estratégica do termo *antivalor*, que, articulado com a teoria do valor, pode iluminar o sentido da reprodução social contemporânea;
- ii. pela interligação desse último termo com o *não-valor* nos movimentos de valorização do capital, e, por fim;
- iii. apresentar a hipótese da *tríade* – valor, antivalor e não-valor –, que pode orientar a prática e estabelecer uma nova maneira de dialogar e sustentar a crítica para a superação das crises supracitadas.

Antes de avançar nessa discussão, cabe adiantar algum entendimento sobre o conceito de valor. Essa é uma contribuição central de Marx, em sua crítica à economia política, ao conceber o valor como uma relação social que emerge da produção por meio da troca entre *produtores* e se distingue do valor de troca da mercadoria. O valor das mercadorias permite, na essência, que todas possam ser trocadas no mercado e se igualem umas às outras como “uma força de trabalho social média” (Marx, 2013 [1867], p. 146). Mas, devido à necessidade de uma expressão para o valor, é o dinheiro que, objetivamente, o representa e equaliza tais trocas. Em um nível mais elevado, o valor expressa as condições sociais e históricas da produção de mercadorias e da distribuição do trabalho social. Na circulação, isso se apresenta em duas das dimensões

da mercadoria: valor de uso e valor de troca. Embora não se estabeleça aqui o estatuto teórico dessas categorias, vale o seu registro, especialmente devido à recorrente *confusão* entre as noções de valor e valor de troca.

Da necessária compreensão dos movimentos do valor, reforça-se, na contemporaneidade, a importância de dar continuidade à análise crítica da economia política. Uma das frentes de avanço dessa análise é o estudo de suas formas negativas – aquelas que, embora mercantilizadas, não constituem valor, se opõem a ele, ou sequer são produzidas como verdadeiras mercadorias portadoras de mais-valor. Nesse sentido, reitera-se ao leitor a concepção do valor como uma forma social. Recusa-se, assim, tanto as teorias clássicas do valor-trabalho e do valor-utilidade, ambas positivistas, por não avançarem na compreensão da “abstração real” imposta pela lei do valor.

Este texto procura explorar os momentos intermitentes de negação do valor, que entrecortam o longo movimento de valorização das mercadorias. Por meio do diálogo crítico e das táticas nele fundamentadas, encontra-se em todos os aspectos da vida a negação do mais-valor e a harmonização necessária para que a positividade da (re)produção social signifique a superação e a emancipação da ecologia-mundo do capital. Ademais, destaca-se a presença das coisas “sem valor”, que, embora articuladas à tríade proposta, devem ser aprofundadas em estudos futuros.

Através da tríade valor, antivalor e não-valor, é possível avançar no debate crítico. Fundamentado nas contribuições de Francisco de Oliveira e David Harvey, pioneiros na aplicação da noção de antivalor, busca-se não apenas explorar suas proposições, mas também atualizá-las e, a partir delas, expandir a sua construção teórica. Tal como se pretende com a noção marxista de valor, reconstruir-se-á a de antivalor em tríade com o não-valor. O objetivo é ampliar a compreensão teórica dos movimentos do valor, a fim de fornecer instrumentos e construir perspectivas para análises que contribuam para a emancipação social.

A metodologia, qualitativa, baseia-se na leitura crítica e na elaboração conceitual de termos derivados da teoria do valor, inspirado pelos *insights* dos autores supracitados, visando a construção e identificação das potencialidades da tríade proposta. A abordagem exploratória desses termos na obra desses pesquisadores embasa a discussão aqui apresentada. Da obra de Oliveira foram selecionados: *Os direitos do antivalor* (1998) e *Crítica da razão dualista/O ornitorrinco* (2013). Da obra de Harvey foram utilizados sobretudo os livros *A loucura da razão econômica: Marx e o capital do século XXI* (2018) e

Os limites do capital (2013 [1982]). Ademais, sempre que necessário para a demonstração da tríade, foram consultadas as principais obras de Marx: *O capital: crítica à economia política* (2013 [1867]; 2016 [1894]) e os *Grundrisse* (2011 [1858]), em busca de fundamentação e referências originais.

A proposta de repensar os movimentos do capital, estendendo a teoria do valor desde a exploração dos termos negativos nela fundamentados, organiza-se em três partes. A primeira contextualiza os autores considerados e suas obras, caracterizando seus pensamentos conforme a teoria do valor e destacando certos sentidos que avançam nos objetivos propostos. Em seguida, discute-se os termos antivalor e não-valor sugeridos pelos autores, esclarecendo seu diálogo com Marx. Por fim, apresenta-se uma síntese exploratória que aponta desdobramentos desses conceitos e, adicionalmente, contribui para a crítica dos movimentos do valor.

CONTEXTUALIZAÇÃO DA EMERGÊNCIA DO ANTIVALOR

Francisco de Oliveira na periferia do capitalismo

Francisco de Oliveira (1933-2019) foi um proeminente sociólogo brasileiro. Sua produção ostenta uma notável difusão em diversas áreas das ciências humanas, incluindo a Economia, disciplina que lecionou por vários anos. Esse prestígio na área econômica deve-se, em parte, à sua experiência como técnico do Estado, colaborando com Celso Furtado, na Sudene, na década de 1960. Em 1970, ingressou no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento e, paralelamente, estabeleceu uma breve, mas produtiva, colaboração com professores marxistas da FAU-USP, o que contribuiu para a consolidação de seu trabalho nos estudos urbanos e regionais brasileiros.

Em sua pesquisa, Oliveira privilegiou a “matéria brasileira”, isto é, a compreensão da especificidade do capital na periferia do capitalismo. Trata-se de um intelectual que dialogou com os grandes intérpretes da formação nacional, auxiliando na apreensão das formas concretas do capital na sociedade brasileira. A sua preocupação com a totalidade, que frequentemente o conduzia a rejeitar formulações marxistas ortodoxas, permite iluminar pontos de convergência entre sua abordagem e a de Harvey (2018), especialmente em relação a uma das preocupações deste trabalho: ampliar a discussão sobre a noção de antivalor.

Desde o início da década de 1970, o autor visava interpretar a estreita relação entre economia e política. Objetivava elucidar os aspectos relevantes do valor na esfera das relações capitalistas, mas, sobretudo, demonstrar os

vínculos entre aspectos aparentemente não capitalistas e os movimentos do valor. Nessa perspectiva, sua leitura sobre os vínculos entre o “arcaico” e o “moderno”, ou “pré-capitalista” e “capitalista”, demonstra como os termos inicialmente postos influenciaram os posteriores, bem como se sustentam mutuamente ao longo da história.

Em pesquisas pioneiras com arquitetos e urbanistas sobre a habitação precária paulistana, Oliveira enfatizou o processo de autoconstrução enquanto dinâmica de redução do custo da força de trabalho. Este episódio evidencia a sua busca de longa data em compreender a razão das diferentes formas de manifestação do valor e das suas formas de negativas. Estes últimos emergiram, inicialmente, pela noção de não-valor e, posteriormente, se reforçaram pela de antivalor, principalmente no estudo da utilização do fundo público na sustentação da reprodução capitalista.

O pensamento de Oliveira (1998; 2013) sobre os movimentos do valor excede o da valorização, privilegiando os seus movimentos contraditórios que, por sua vez, iluminam a especificidade do capitalismo periférico brasileiro. O autor deu pouco destaque à exposição do *valor* como conceito, não por negligência (como podem supor alguns), mas por privilegiar uma análise marxista que pretende ir além “dos limites estritos e formidavelmente amplos, do que Marx pensou” (Oliveira, 1998, p. 11). Para explorar a proposta desse autor, questiona-se o significado dos movimentos de negação em sua obra.

David Harvey no centro do capitalismo

O geógrafo britânico David Harvey (1935-*) dedica grande parte da produção intelectual à atualização do pensamento contido nas obras de Marx. Em particular, esse autor expõe uma interpretação de caráter universal sobre o capital, ao mesmo tempo que apresenta uma perspectiva crítica dos Estados Unidos, dado que o considera a centralidade do capital mais significativa das últimas décadas. As manifestações da crise imanente do capital produtivo instigam Harvey a elaborar uma série de propostas que dão continuidade à análise categorial do pensamento marxista do século XX e, subsequentemente, para seus desdobramentos no século XXI.

A perspectiva que Harvey oferece do centro do capitalismo permite compreender os nexos entre o Estado, o capital e os territórios dos quais os poderes hegemônicos capturam as diversas formas de riqueza social. Nesse sentido, destaca-se o caráter imperialista que o domínio financeiro estadunidense conseguiu reforçar, sempre abalizando o “dinheiro, a capacidade

produtiva e a força militar” (Harvey, 2005, p. 43). A noção de *periferia* em sua obra designa o território onde residem as estratégias para superar as crises do capital. Esse entendimento contribui para a construção de um cenário mundial complexo, no qual o rentismo ressurge sob uma nova roupagem, agora financeira.

Em *A loucura da razão econômica*, Harvey (2018) fundamenta sua compreensão da natureza central e totalizante do capital na concepção deste como *valor em movimento*. O funcionamento dos mercados e as relações produtivas globais, conduzidas por um bloco hegemônico, são impulsionados e se perpetuam por meio de distintas forças. A novidade na argumentação de Harvey (2018) é que algumas dessas forças são negativas e derivam das negações inerentes ao próprio movimento do valor.

O destaque dado à totalidade aponta que toda ação, oposição, controle, dominação, captura ou ameaça aos movimentos do capital se apresenta como determinações necessárias, e inevitáveis, da negação do valor. Esta perspectiva o permite propor uma renovação do pensamento marxista. Harvey (2018) estrutura a discussão sobre a totalidade dos movimentos do capital a partir de três momentos – valorização, realização e distribuição – que, não por acaso, organizam os volumes de “O capital”. No desenvolvimento de suas reflexões, propõe o antivalor enquanto teoria da desvalorização, situando-o dialeticamente em relação à teoria do valor de Marx, que será explorado neste artigo.

A atualidade de Marx

Marx descobre o *valor* como uma forma social e uma categoria crítica da sociedade produtora de mais-valor. Esse fundamento constitui a base teórica e conceitual em torno dos movimentos do valor que sustenta esta investigação sobre a tríade – valor, antivalor e não-valor – a vislumbrar caminhos emancipatórios. É a noção marxista de valor que permite superar entraves da economia política oitocentista na (des)mistificação das relações de produção e reprodução, na imediatez e totalidade, em concretude e abstração, no esquema de reprodução do capital. Sem ela, o pensamento se limita justamente às aparências e abstrações do mercado que viabilizam a acumulação desigual da riqueza, enquanto pauperizam as condições de vida.

Por um lado, as críticas de Oliveira (1988) e Harvey (2018) direcionam-se à própria sociedade em suas formas de apropriação privada de trabalho não-pago por meio das mediações do mercado. Por outro, esta filiação te-

órica impede abstenções quanto a necessidade de realizar considerações críticas às propostas desses autores ao que denominaram, cada um à sua maneira, de antivalor. A dialética de Marx não se faz presente apenas em seu esforço de compreender a gênese e o desenvolvimento do capital como força social na condição de fenômeno histórico e espacialmente determinado. Ela emerge também no cuidado teórico de articular dialeticamente seu pensamento através das categorias, conceitos e noções para desvendar a realidade social.

As conceituações do antivalor inicialmente apresentadas ainda carecem de ajustes na medida que elas prescindem de vínculos consistentes com os conceitos complementares da tríade: o valor, originalmente, e o não-valor. Embora os autores deixem em aberto as transposições necessárias em suas propostas, ressalta-se que a lei do valor não se reduz a uma hipótese. Ela não é inteiramente teórica ou lógica, porque resulta também de um processo histórico. Muitos dos seus detratores se esquecem dessa dupla condição lógico-histórica da constituição da teoria do valor.

O problema adicional é que, com o desenvolvimento capitalista, aumenta a dificuldade em saber como o valor é determinado. Este impasse, inerente ao fetichismo do próprio capital, “provém do fato de que as *mercadorias* não se trocam simplesmente como mercadorias, mas como *produtos de capitais*” (Marx, 2016 [1894], p. 220). Na troca, por exemplo, a disputa pelo *excedente de valor* (mais-valor) distribuído aparece sob as formas de lucro, juro e outras rendas (de propriedade). Na superfície (aparência), arraigam-se as dificuldades de apreender o que é fundamental na concorrência pelas fatias da riqueza circulante, como se observa na pressão que leva à pauperização da classe trabalhadora. O atual momento do desenvolvimento capitalista, marcado pela transição para a dominância financeira, exacerba o fetichismo que encobre a distribuição de parte dos excedentes sob a cortina de fumaça das rendas de propriedades que remuneraram todo e qualquer ativo (do financeiro à propriedade de recursos naturais).

As dificuldades fetichistas sempre geraram crises e, pelo modo que operam, confundem a interpretação e alimentam os detratores da teoria do valor. O atual momento de transição não é exceção. Mas não é essa a argumentação apresentada neste texto. Não se pretende aqui advogar em favor de uma teoria marxista do valor, mas, sim, desenvolvê-la com base nos autores considerados, destacando as formas negativas (antivalores e não-valores) que emergem na produção do valor em diferentes contextos contemporâneos.

Quanto à produção do espaço urbano – porque interessa a esta argumentação –, sustenta-se que a tríade abre caminhos ricos de discussão. A produção da cidade se relaciona de forma singular com os movimentos de valorização do capital, dado pelas suas particularidades (como a terra), e com a luta de classes. Esses elementos não podem ser dissociados, pois a cidade é o principal *locus* da reprodução social contemporânea. Sendo assim, a crítica do espaço, se fundamentado nas noções de antivalor e não-valor, potencializa a crítica imanente do valor capitalista, do “possível-impossível” (Lefebvre, 1991 [1974]) que pode constituir outra vereda de reprodução social.

A cidade é, concomitantemente, produto, meio e condição de produção (Lefebvre, 1991 [1974]). Nela, as determinações do capital se fazem evidentes na concorrência pela distribuição e pela apropriação de grande parte da massa total de trabalho social realizado. Nesta disputa por apropriação da riqueza social, o positivo e o negativo do capital não se excluem dos movimentos de sua circulação, nem foge ao horizonte sua dissolução (como se permite pensar nos termos da tríade). Marx analisou os elementos e processos inerentes e essenciais ao capital e à exploração que opera, os quais, entretanto, eram contraditórios e ameaçadores à sua própria reprodução. Contudo, não os sistematizou diante de categorias específicas para nivelá-los e contrapô-los.

A leitura dos textos de Oliveira e Harvey revela aproximações que buscam ampliar o pensamento crítico. Mas, privilegiar uma noção em detrimento de outra empobrece a teoria, pois o rigor excessivo de classificações sem vínculos e fronteiras a impede de acompanhar o movimento da própria realidade histórico-social. Esse esforço de precisão restringe o pensamento e esteriliza o horizonte de transformação. É essencial, portanto, resgatar a obra de Marx, que possibilita integrar novas leituras à totalidade do capital.

O RESGATE DAS NOÇÕES DE ANTIVALOR

Antivalor em Francisco de Oliveira

Oliveira formulou a ideia de antivalor no final dos anos 1980 como resposta às mudanças históricas e políticas do capitalismo a partir dos anos 1930. Esse autor indica que o fundo público, sob a tutela do Estado social, atua como pressuposto de dois processos: o financiamento da acumulação de capital e o financiamento da reprodução da força de trabalho. Após a Segunda Guerra Mundial, considera que se intensificaram transformações importan-

tes, dando origem ao que denominou de “padrão de financiamento público” (Oliveira, 1998)¹:

o que se chama Welfare State, como consequência das políticas originalmente anticíclicas de teorização keynesiana, constituiu-se no padrão de financiamento público da economia capitalista. Este pode ser sintetizado na sistematização de uma esfera pública onde, a partir de regras universais e pactadas, o fundo público, em suas diversas formas, passou a ser o pressuposto de financiamento da acumulação de capital, de um lado, e, de outro, do financiamento da reprodução da força de trabalho, atingindo globalmente toda a população por meio de gastos sociais (Oliveira, 1998, p. 19).

Oliveira (1998) avalia que tanto marxistas quanto liberais, de maneiras diferentes, mas por motivos semelhantes, frustraram-se em suas tentativas de teorizar as mudanças no desenvolvimento capitalista. Ambos falharam em identificar as formas concretas em que se manifesta o capitalismo no Brasil.

Atento à “relação contraditória” entre Estado e economia, Oliveira (1998) sublinha o fundo público. Essa noção ilumina como o gasto público se tornou crucial na dinâmica capitalista do período, atuando tanto na esfera da produção (como financiamento para acumulação de capital) quanto na esfera do consumo (como suporte para a reprodução da força de trabalho). O fundo público, cabe destacar, não se limita a recursos exclusivamente monetários, obtidos mediante taxas e impostos. Distancia-se, assim, de tipologias puramente contábil-financeiras, de natureza social e circunscrita a programas de governo específicos. As suas diferentes feições também englobam medidas fiscais (isenções, subsídios, renúncias) e um conjunto de bens (terras, imóveis, propriedades, etc.) que o Estado dispõe para intervir na sociedade.

O fundo público aborda a relação entre o suporte à produção e reprodução social na sua contraditoriedade. Ele é um *mix* que se forma dialeticamente e representa, na mesma unidade e movimento, a razão do Estado, que é sociopolítica (pública), e a razão dos capitais, a qual é privada (Oliveira, 1998)². Sendo assim, o fundo público visava explicar a constituição e formação de outra sustentação da produção e reprodução do valor, dialetizando em uma mesma unidade a forma valor e antivalor. O antivalor, por não buscar se valorizar *per se*, ao se unir ao capital, sustenta o processo de valorização. Es-

1 Trata-se do artigo “O surgimento do Antivalor. Capital, força de trabalho e fundo público”, publicado em *Novos Estudos Cebap*, n. 22, 1988 e, após dez anos, no livro *Os direitos do antivalor* (1998).

2 Trata-se do artigo “A Economia Política da social-democracia” publicado na *Revista USP*, n. 17, 1993, p. 136-143 e depois no livro *Os direitos do antivalor* (1998, p. 49-61).

capa, assim, das determinações da forma mercadoria e às insuficiências do lucro como sustentação da reprodução ampliada (Oliveira, 1998).

Para os capitalistas, o fundo público “agiliza a circulação do capital, cumprindo, em muitos casos, o papel da famosa ponte invisível keynesiana entre quem poupa e quem investe” (Oliveira, 1998, p. 28). Essa dinâmica tem repercussões múltiplas, distinguindo os setores rudimentares (sem acesso ao fundo público) e outro oligopolista. Neste último, mediante pesquisas de ponta, programas especiais e de segurança nacional, a competição tornou-se segmentada, colocando cada capital particular em relação direta com o fundo público, para além da concorrência entre os próprios capitais (Oliveira, 1998).

A rigor, trata-se de uma relação *ad hoc* entre o fundo público e cada capital em particular. Essa relação *ad hoc* leva o fundo público a comportar-se como um anticapital num sentido muito importante: essa contradição entre um fundo público que não é *valor* e sua função de sustentação do capital destrói o caráter auto-reflexivo do valor, central na constituição do sistema capitalista enquanto sistema de valorização do valor. O valor, não somente enquanto categoria central, mas práxis do sistema, não pode, agora, reportar-se apenas a si mesmo: ele tem que necessariamente reportar-se a outros componentes; no caso, o fundo público, sem o que ele perde a capacidade de proceder à sua própria valorização (Oliveira, 1998, p. 29).

O antivalor elucida os elementos do fundo público no financiamento da reprodução capitalista. Economistas referem-se a esses componentes como “salário indireto”, pois compreendem gastos sociais diversos, desde educação e saúde até lazer e entretenimento. Esses produtos e serviços públicos são considerados antimercadorias sociais, pois sua finalidade, ao reduzir o investimento em trabalho, não é só de gerar lucro, e sua produção tão pouco produz mais-valor (Oliveira, 1998). Isso implica, pela determinação política e mais *transparente* dos componentes da remuneração da força de trabalho, na sua desmercantilização parcial, contribuindo para o apagamento de seu fetiche como mercadoria (Oliveira, 1998). Nesse sentido, haveria um deslocamento da luta de classes da esfera das relações privadas para a esfera pública.

Para compreender Oliveira, deve-se considerar também o papel dos partidos operários, sindicatos e outras formas de organização dos trabalhadores. Em alguns países do capitalismo avançado, essas entidades contribuíram para elevar o salário indireto a cerca de um terço do salário real. Esse aumento, por um lado, resultou na liberação do salário direto, impulsionando o consumo de massa. Por outro, possibilitou o crescimento do capital constante, ao desonerar o capital dos custos relacionados à reprodução do tra-

balho, resultando em inovações técnicas sem precedentes. O fundo público assume uma condição estruturante, ele:

é agora um *ex-ante* das condições de reprodução de cada capital particular e das condições de vida, em lugar de seu caráter *ex-post* típico do capitalismo concorrencial. Ele é a referência *pressuposta* principal, que no jargão de hoje *sinaliza* as possibilidades da reprodução (Oliveira, 1998, p.21).

Em síntese, tanto do ponto de vista do capital como da reprodução social, o fundo público conduziu a uma “dupla desparametrização” da lei do valor (Oliveira, 1998). Ao invés da taxa de lucro e os salários serem determinados pela relação entre capital constante e capital variável, no novo “*modo social-democrata de produção*” (Oliveira, 1998, p. 58), a sua determinação passa pela relação de cada capital particular com o fundo público. Do lado da mercadoria força de trabalho, o salário, ao transformar-se em parâmetro básico da produção de bens e serviços públicos, também percorreria um processo semelhante.

O valor não é mais autorreferenciado. O antivalor revela a *emergência de outras lógicas* que ganham importância na crise do valor. Qual é a relevância delas para as lutas urbanas? Como impactam a valorização do espaço urbano e o papel do não-valor, dada sua significativa presença na formação das periferias? A importância dessas questões reside no antivalor estabelecer uma dialética clara com a forma-mercadoria, instituindo no mercado uma forma de distribuição que possibilita contraposições ao seu valor.

Para Oliveira (2006), a autoconstrução carece de relevância como política pública, pois reforça a exclusão e o emprego. Para ele, é preciso “endereço a construção da habitação para seu caráter de mercadoria” (Oliveira, 2006, p. 73), dado que, “no antivalor, você passa necessariamente pela mercadoria e cria a forma de distribuição que se opõe a ela. A autoconstrução não se opõe a nada – essa é a questão” (Oliveira, 2006, p. 75). Contraditoriamente, ele defende que as soluções habitacionais produzidas pelo próprio morador, fora do mercado e consideradas por ele como não-valor, devem ser incorporadas à lei do valor. Curiosamente, também afirma que o antivalor teria alterado as leis do valor.

Ao abordar as questões supracitadas, interpõem-se ao pensamento manifestações do “desenvolvimento desigual e combinado” que revelam especificidades brasileiras no avanço das relações capitalistas, tanto no âmbito regional quanto urbano. As formas do não-valor servem a acumulação indireta do capital e fomentam, de maneira precária, a industrialização e a urbanização nos países periféricos, como o Brasil. O problema é que, embora tenham significados econômicos semelhantes para o capital, como formas de nega-

ção do valor, politicamente eles são distintos. O não-valor não promove os direitos do antivalor, que seriam ao final, parte dos direitos do trabalho. Trata-se de “outro processo, diferente do que chamei de antivalor, porque no antivalor você não cede nada, usa um instrumento para capturar [...] parte do lucro produzido pelo sistema e redistribuir esse lucro no interior da classe trabalhadora” (Oliveira, 2006, p. 75). Politicamente, o autor aponta para uma diferença radical. Mas, ao dar ênfase ao econômico, estaria esse autor sendo economicista? Talvez. Essa indagação será considerada na Parte III.

Quadro 1 – Negativos do valor em Oliveira

Noção	Definição	Manifestação
Antivalor	Parcela do fundo público destinada a garantir direitos sociais e bem-estar, contrariando a lógica mercantil ao redistribuir excedentes para a classe trabalhadora.	Políticas sociais e gastos públicos que oferecem bens e serviços essenciais como direitos, incluindo componentes do salário indireto, promovendo a desmercantilização da força de trabalho.
Não-valor	Formas de trabalho que não se inserem nas relações de produção de valor.	Autoconstrução e outras formas de economia de subsistência.

Fonte: Elaboração própria.

Antivalor em David Harvey

O antivalor, enquanto *negação do valor*, pode ser encontrado em tudo que paralisa ou desacelera os movimentos do capital. No entanto, as diversas circunstâncias que interrompem (bem como orientam ou impulsionam) o movimento do valor não devem ser compreendidas como meros imprevistos, mas sim uma “característica intrínseca e profunda da própria natureza do capital” (Harvey, 2018, p. 79).

Harvey (2018), tal como Oliveira (1998), se pauta em analogias das ciências naturais, como a matéria e antimatéria, para pensar o antivalor. Busca, assim, um sentido teórico para as “leis evolutivas do capital”, à semelhança do que ocorre com as ‘leis da física’, nas quais os processos fundamentais se desenvolvem desde uma relação de oposição. Em razão do valor incorporar “em seu interior a possibilidade de sua negação” (Harvey, 2018, p. 79), tem-se a negatividade como condição imanente aos movimentos do valor.

Na exposição de Harvey (2018), a negação do valor (desvalorização) assume diferentes *formas* nos processos de valorização e realização do capital.

Ilustra o antivalor como: (i) as barreiras que atravessam a produção e a circulação do capital; (ii) um campo de luta anticapitalista (pelas greves, boicotes, etc.); (iii) o trabalho improdutivo (mas socialmente necessário) e, principalmente; (iv) a economia do endividamento.

En passant, o primeiro sentido posto pelo autor diz respeito às barreiras a serem fundamentalmente superadas pelos produtores capitalistas. Essas obstruções ao movimento do valor são condicionadas por múltiplas determinações (oferta, demanda, câmbio, juro, etc.) que acomodam, internamente, uma desvalorização em potencial. Se, por exemplo, um capital-mercadoria não é realizável em um determinado momento, ele é capital negado. Diante disso, o antivalor deve ser “resgatado, por assim dizer – para que a produção de valor sobreviva às fainas da circulação” (Harvey, 2018, p. 80), pois, de outra maneira (e em maiores proporções), a sua acumulação desencadeia potenciais crises no sistema capitalista.

Enquanto um campo de luta anticapitalista, a forma do antivalor se metamorfoseia. Há na divisão e luta de classes uma perspectiva potencialmente emancipatória. O trabalhador, pela resistência à precarização ou pela simples “recusa de trabalhar é o antivalor personificado” (Harvey, 2018, p. 83). Na qualidade de resistência ao despojo do comum e à alienação humana na produção e no consumo de mercadorias, essa mobilização do antivalor vislumbra outras sociabilidades que negam o modo social capitalista.

Sob esta forma, infere-se que Harvey (2018) também entrevê o *antivalor* de Oliveira (1988). Durante o período de 1945 e 1980, sob autoridade do Estado social, o “capitalismo competitivo cedeu terreno ao capitalismo monopolista estatal, e políticas estatais keynesianas criaram incentivos ao mercado em linhas bastante diferentes” (Harvey, 2018, p. 87). Como consequência do financiamento da reprodução social, “segmentos importantes da classe trabalhadora se fortaleceram, e os sentimentos anticapitalistas e antivalor se tornaram evidentes no decorrer dos anos 1960” (Harvey, 2018, p. 87).

O trabalho improdutivo, mas socialmente necessário, por sua vez, aumenta o mais-valor relativo ao otimizar o tempo de circulação do capital. Embora não crie valor (Marx, 2013 [1867]), o trabalho improdutivo também não o nega – exceto quando o custo do excesso de trabalhadores improdutivos entrava a circulação do valor (Harvey, 2018). Este é o caso das recentes demissões em massa nas *big techs*, que, após contratações e

faturamentos recordes durante a crise sanitária global, demitiram 264 mil profissionais em 2023³.

Sobre a última forma anunciada, Harvey (2018, p. 85) é mais enfático, pois trata o “papel da dívida como forma crucial de antivalor”. Esse feito não se revela uma força necessariamente contrária à formação do valor, ainda que possa negá-la violentamente. O novo é a “mobilização maciça de antivalor no sistema financeiro para assegurar a produção futura de valor” (Harvey, 2018, p. 87).

Em virtude do capital ser valor em movimento, qualquer desaceleração ou interrupção expressa uma desvalorização⁴. Essas adversidades não anunciam “nada de místico nem obscuro na negação do valor” (Harvey, 2018, p. 80), pois são inerentes a qualquer processo de produção capitalista. Porém, a não superação dessas barreiras implica, em uma escala ampliada, na eventual desvalorização geral do capital (Harvey, 2018). Assim, faz-se *mister* a manutenção (ou aceleração) do movimento do valor.

Essa dinâmica ilumina o papel contraditório da dívida na conservação e ampliação do ciclo do valor. Se, a princípio, o endividamento permitia conciliar diferentes tempos de rotação do capital, bem como admitir a circulação de capitais entesourados (Harvey, 2018); o desafio atual é o de compreender como a “relação dívida-crédito é perpetuada e transformada em força motriz do valor em movimento” (Harvey, 2018, p. 88).

O empréstimo de uma determinada quantia de capital pelo proprietário do dinheiro ao produtor capitalista permite ao primeiro reivindicar uma parte da produção. Na medida em que o capital emprestado porta juros, uma fração do mais-valor *que ainda será produzido* é condenada a ser compartilhada com o proprietário do dinheiro (banqueiro, financista, etc.).

A crescente emissão de títulos de dívida (público e privada), originados no sistema de crédito, e sua circulação no mercado financeiro deslocam o valor futuro para o centro das relações sociais e de produção atuais. Em um nível mais elevado, a sobre acumulação do antivalor pelo conjunto da dívida dos Estados Nacionais, pequenos (e grandes) capitalistas e da população em geral, desdobra-se em duas formas particulares: nas inevitáveis crises; e na

3 Ver layoffs.fyi.

4 “Se o capital estaciona na segunda fase D-M, o capital monetário se enrijece como tesouro; se estaciona na fase da produção[...] os meios de produção restam desprovidos de qualquer função e [...] a força de trabalho permanece ociosa; se estaciona na última fase M'-D', as mercadorias não vendidas e acumuladas bloqueiam o fluxo da circulação [...]” (Marx, 2014 [1885], p. 165).

servidão por dívida. Sobre esta última, abre-se no horizonte uma conjuntura na qual a dívida, reivindicação de produção futura de valor, se estabelece coercitivamente como relação social predominante.

Os trabalhadores agrilhoados por dívidas, motivadas por diferentes necessidades, pela oferta de promessas vazias (jogos de azar) e empréstimos predatórios, compromete a construção de futuros alternativos ao adestrar preventivamente qualquer forma de insurgência anticapitalista. Ou seja, “sobrecarregar com dívidas populações vulneráveis e marginalizadas é, em suma, uma maneira de disciplinar os mutuários para que se tornem trabalhadores produtivos” (Harvey, 2018, p. 88).

As descrições dos antivalores, longe de serem acidentais ou novidades, são objeto de “resgate” ou captura, à medida que a negação do valor pode ser realizada de forma consciente ou estratégica pelas classes dominantes (Harvey, 2018). Todavia, em momentos de inflexão do capital, como as crises generalizadas, a “realização” do antivalor implica na massiva destruição de valores que, no entanto, dificilmente apontam para o colapso do sistema capitalista, mas para a sua renovação.

Reencontrando as leituras do antivalor

Até aqui a exposição dos conceitos de antivalor descreveram processos distintos da dinâmica capitalista. Em determinados momentos, contudo, percebe-se como o antivalor identificado por um autor encontra ressonância nas análises do outro. Afinal, cada um à sua maneira, em seu tempo e local de percepção do mundo, projetou seu olhar crítico a certas especificidades que compõem a totalidade da reprodução social capitalista.

Primeiro, a proposição de Oliveira foi construída para designar o fundo público em sua condição de recurso não capitalista, empregado não no sentido de sua reprodução ou valorização, semelhante às menções de Marx (2011 [1858]) ao não-capital nos *Grundrisse*. Estes recursos tornam-se pressupostos da acumulação, numa construção contraditória, mas funcional ao capital para impulsionar a circulação do valor. Tais recursos “aparecem não como desvios do sistema capitalista, mas como necessidade de sua lógica interna de expansão” (Oliveira, 1998, p. 35).

Trata-se de diferentes formas de salário indireto que promovem, segundo esse autor, uma desmercantilização parcial pelo fundo público – e, por assim dizer, que bem se reencontra com a política direta do antivalor nos termos de Harvey. Do outro lado, quando Harvey trata da centralidade do crédito no

esquema geral da acumulação, o seu antivalor expresso na forma da dívida se eleva a uma posição privilegiada. O capital financeiro circulante no mercado internacional aparece como sustentáculo na reprodução do capital. Aqui, porém, este mesmo suporte emerge na formação socioespacial brasileira através do objeto privilegiado por Oliveira, o fundo público e o nexos Estado-Finanças de Harvey (2011):

Na medida em que o padrão de financiamento público constituiu-se em uma verdadeira esfera pública, as regras da reprodução tornaram-se mais estáveis porque previsíveis e da competição anárquica emergiu uma competição segmentada. Por certo, não deixou de haver competição no capitalismo, mas essa se dá dentro de regras preestabelecidas e consensuais. Essa universalização tem efeitos paradoxais, segmentando a competição em pelo menos dois níveis, o primeiro o circuito dos oligopólios e o segundo o circuito dos capitais competitivos. *A rigor, o fundo público é um Ersatz [substituto] do capital financeiro*, indo além da teorização proposta por Hilferding. (Oliveira, 1998, p. 27-28, grifo nosso).

Essa substituição de funções essenciais ao capital não é nova. A partir do trabalho de Wakefield, Marx (2013 [1867]) discute as estratégias adotadas pelo capital para transpor os obstáculos à sua expansão nas colônias que não dispunham das pré-condições necessárias à acumulação capitalista. A exploração do trabalhador escravizado e a imposição política de preços à terra foram paliativos que promoveram a alienação às condições de subsistência própria, subjugando a reprodução de indivíduos às determinações do trabalho assalariado. No Brasil, onde por um conjunto outro de razões não se formou rapidamente um mercado de capitais (e uma esfera financeira) tal como nos países centrais, é o Estado que promove a circulação e acumulação.

Atualmente, poder-se-ia contradizer a desmercantilização via fundo público que Oliveira sugeriu. Ao tomar que este montante de recursos, monetários ou não, advém de impostos, sua origem remete à distribuição do mais-valor produzido (junto ao lucro empresarial, juro e outras rendas). Portanto, sua mobilização se enquadraria, antes de tudo, em uma disputa entre classes pela reapropriação dessa massa de mais-valor social. Isto é, há uma redistribuição desigual da massa de excedentes convertida em impostos.

Vale lembrar que a data e o local de visão de Oliveira eram *outros*. Em *O surgimento do antivalor*, de 1988, o fundo público se prenunciava como uma alternativa, um *anti-capital* provedor de *anti-mercadorias*. A captura do Estado, como se percebe atualmente, era uma ameaça distante no horizonte de um país que se redemocratizava e tentava estabelecer as bases teóricas de sua reestruturação política e econômica.

O pensamento de Oliveira acompanhava a realidade que investigava. Seu *otimismo* quando discute os *direitos do antivalor* se transforma no pessimismo d'O *Ornitorrinco* (2013) conforme o Estado se reconverte segundo os caprichos neoliberais. É este momento que degrada mais as condições gerais de vida, sobretudo periféricas. A disputa sobre *direitos* de Oliveira se confronta com os *limites* e *contradições perigosas* que Harvey (2013 [1982]; 2016) discute desde seu local de percepção do capitalismo central. As diferenças temporais e geográficas entre Harvey e Oliveira evidenciam a transição do capitalismo de Bem-Estar social para o neoliberalismo e, também, um processo subjacente. Harvey descreve um cenário posterior (de avanço do capital) ao de Oliveira, onde a privatização e a mercadorização se intensificam. As práticas de desmercantilização se *remercantilizam*. O público se torna privado. E os direitos sociais são transformados em mercadorias.

Esta aproximação, contudo, não revela qualquer equivalência entre esses *antivalores*. O sentido que Oliveira atribui se distancia do que é proposto por Harvey. São essencialmente diferentes. Embora possam, em determinadas situações, emergir a partir de um mesmo objeto, o fazem em sentidos que não convergem.

Isso também não significa que tais disputas não possam ser lidas como fruto ora do antivalor de um, como do outro. No sentido de Harvey, o antivalor enquanto fundo público pode ser compreendido como a criação de uma dependência perigosa à acumulação, ou como a drenagem excessiva de recursos. Isso pode ocorrer na forma de trabalho improdutivo ou na exaustão desses recursos, quando absorvidos pelo setor privado na produção ou no consumo, que poderiam ser direcionados a elevar a condição de vida da classe trabalhadora. Já o antivalor de Oliveira, convertido aos termos da tríade proposta, aproximar-se-ia de um não-valor (não-capital) repostado como valor (em movimento) quando reapropriado em circuitos de valorização beneficiados pelo fundo público. E, como já discutido quanto a *desmercantilização* através do fundo público, esse esquema funcionaria apenas ao se considerar a captura desta fração da massa de excedentes (por impostos) como um breve egresso da circulação social do capital. Esse afastamento justificaria um rompimento com a mediação social do valor. Essa premissa, contudo, pode ser contradita quando se toma dimensões mais amplas de análise e não se exclui o próprio Estado do esquema de circulação total de capitais. Neste caso em que o fundo público nunca se desvencilha de seus vínculos com o valor, ele próprio não pode possuir outra determinação senão a de valor.

Enquanto o otimismo de Oliveira não se concretizou, Harvey parece não ter dado importância em distinguir da sua noção de antivalor os processos de oposição e negação ao valor. Por isso, ele incorre no erro de equiparar duas categorias que requerem, do ponto de vista da produção, uma distinção teórica e metodológica: o antivalor e o não-valor⁵. Esta diferença é clara para Oliveira, afinal ele propôs esta noção de antivalor como distinta do uso que faz de não-valor ao tratar daqueles bens não produzidos para a troca (como a habitação autoconstruída). Ao contrário, Harvey diversas vezes iguala estes dois termos. O não-valor é um ponto cego na obra deste autor, apesar de ser essencial para extensão teórica do valor. Como limite e fronteira de um universo não incorporado ao capital, o não-valor ilumina justamente o que está além das abstrações impostas pelo mercado, revelando aspectos imprescindíveis para a reprodução da força de trabalho, pelo menos na periferia do capitalismo.

Seja o não-valor uma fronteira inexplorada para a renovação da acumulação, através de sua expansão às novas esferas sociais; seja um caminho para a superação de um modo de reprodução social que condiciona a vida à expropriação do tempo de trabalho social em benefício das classes dominantes: é nessa direção que o pensamento que integra este trabalho é orientado. Isto é realizado através das contradições do antivalor, que operam *no* e *através do* valor.

AONDE CHEGAMOS E COMO SEGUIR

Essa parte final tem um duplo objetivo: primeiro, reafirmar as contribuições de Oliveira e Harvey no que se referem às dimensões simultâneas, embora distintas, do caráter econômico e político do antivalor; segundo, propor uma síntese exploratória que permite ir além das contribuições iniciais dos referidos autores. Para compreender o potencial do antivalor como categoria analítica da produção do espaço e suas lutas, propõe-se uma reflexão teórica que contribui para a investigação multidimensional de suas manifestações concretas e das determinações abstratas que surgem nas ordens próxima e distante.

A *ordem próxima* e *ordem distante* (Lefebvre, 1991 [1974]) é uma categoria aberta que engloba tanto determinações metodológicas, as quais possi-

5 Aqui ainda não se fala do *não produzido*, a “dádiva gratuita” que sem representar trabalho se insere na circulação do valor; Harvey (2018) discute aquilo *sem valor* no capítulo “preços sem valores”.

bilitam sucessivas e variadas aproximações, como também se atém a uma perspectiva de construção da totalidade. A sua mobilização contribui no pensamento da tríade proposta, pois permite: qualificar as formas que o capital adquire em diferentes dimensões (local e global/ particular e geral); e compreender como as suas determinações persistem (transformadas) na atualidade (Lefebvre, 1991[1974]).

O quadro teórico delineado com base nas obras analisadas ilumina como, em diferentes ordens, os termos da negação do valor são reconhecidos.

Quadro 2 – Manifestações de negação ao valor

Noção	Manifestação
Antivalor	Formas de negação do capital em suas diferentes formas (mercadoria, trabalho, dinheiro).
Não-valor	Formas de produção concretas que não se inserem no processo produtivo do valor capitalista, pois não participam da produção ou negação imediata do valor.
Sem-valor	Dádivas da natureza física, humana ou social que, embora não sejam produto do trabalho, podem ser incorporadas no processo de valorização utilizadas para a captura rentista do valor social.

Fonte: Elaboração própria.

Além disso, a produção do espaço ganha centralidade nesta abordagem dado que o nível “mediador ou intermediário” é “especificamente urbano. É o nível da ‘cidade’, na acepção corrente do termo” (Lefebvre, 2002 [1970], p. 79). É ele que medeia, de um lado, o nível privado, do domínio edificado, do habitar e da cotidianidade como esfera de reprodução da vida do ser humano (Lefebvre, 2002 [1970]). Do outro, o nível global, “das relações as mais gerais, portanto, as mais abstratas e, no entanto, essenciais: mercado de capitais, política do espaço” (Lefebvre, 2002 [1970], p. 78). Trata-se do “espaço institucional” do capital e de suas ideologias (Lefebvre, 2002 [1970], p. 88). O urbano manifesta os elementos e formas que “não existe[m] apenas na realidade espacial, mas também no nível representacional”⁶ (Lefebvre, 1991 [1974], p. 230, tradução nossa).

Desdobramentos do antivalor

Esta subseção formula uma *síntese exploratória* desde tais aproximações e distanciamentos, buscando compreender as (des)continuidades entre as

⁶ Em inglês: “[...] does not exist solely in spatial reality, but also at the representational level.”

duas concepções de antivalor, além de traçar avanços paralelos entre os autores. Para isso, este bloco exploratório organiza-se como uma recapitulação representada pela economia e pela política na relação tempo-espço, depreendida das leituras e discussões dos autores.

A economia e a política não constituem dimensões separadas, são esferas integradas que se articulam no tempo e no espaço. Não há relação econômica que não seja relação social, constituída com espaço-temporalidades próprias. Posto nesses termos, o tempo não se reduz a uma cronologia e nem o espaço a um palco onde se desenvolvem as relações econômicas e sociais que movimentam o valor na produção, distribuição e consumo. Tendo em conta esses momentos e dimensões, espera-se obter melhor poder de observação das interações do valor e do antivalor, ora como emulação dos movimentos do valor, ora como negação do seu movimento. A partir das dimensões econômica, política e espaço-temporal, inventariam-se os desdobramentos possíveis dos conceitos de antivalor de ambos os autores.

Dimensão Econômica

Tanto Harvey quanto Oliveira destacam a intersecção entre economia e política como um tema não totalmente desenvolvido por Marx, em que o Estado ganha relevo. Não por acaso, Harvey (2011) enfatiza o poder explicativo da noção “nexo Estado-Finanças”, cujo papel institucional consiste em gerenciar estrategicamente o capital portador de juros para contornar as barreiras à circulação do capital, tornando-o força motriz do processo de acumulação. Já Oliveira (1998 [1988]) descreve um “*padrão de financiamento público*” cuja função seria ampliar as possibilidades da produção e da circulação de mercadorias. Nessa descrição, o Estado atua como mediador das relações de classe, sendo sobredeterminado pelo capital financeiro, que o orienta a promover a despossessão e assegurar a continuidade da acumulação.

A noção de despossessão emerge em *O Novo Imperialismo*, de Harvey (2005), e em *A Crítica à Razão Dualista*, de Oliveira (2013 [1972]). Cada um a seu modo, retoma o conceito de *acumulação primitiva*. Harvey sugere uma mudança na terminologia para enfatizar a crítica ao capitalismo contemporâneo, à globalização e suas novas formas de espoliação; Oliveira traz para o debate a especificidade da periferia do capitalismo, onde entende que a acumulação primitiva não é mero fenômeno histórico, mas característica estrutural do processo urbano-industrial brasileiro. Trata-se de mobilizações distintas do conceito, caro à Marx, cujas diferenças devem ser investigadas.

Ambos os autores atribuem um papel central aos conflitos distributivos no capitalismo, distanciando-se de uma visão na qual a distribuição seria resultado passivo da produção de mais-valor. Para Harvey, a atual necessidade de saldar dívidas tornou-se um estímulo chave para a produção de valor, posicionando o conflito distributivo como regulador do processo de acumulação. Oliveira, por sua vez, examina como o fundo público funciona de maneira similar ao capital financeiro, agilizando a circulação do capital e servindo como uma ponte entre poupança e investimento. Ele argumenta que o fundo público assume um papel prévio e estrutural, essencial para a reprodução do capital e da vida, transformando a distribuição em um pré-requisito da produção. Ambos, portanto, realçam os conflitos distributivos e seu impacto na dinâmica capitalista, destacando a interconexão entre o Estado, o sistema financeiro, e a circulação de capital como elementos fundamentais na regulação da produção de valor.

Oliveira (2013) ainda salienta a importância dos processos que estão fora da esfera do valor e como eles se integram à acumulação capitalista na periferia. Um exemplo é a autoconstrução de moradias por trabalhadores, prática rudimentar que, por reduzir os custos habitacionais, beneficia empresários ao viabilizar o pagamento de salários menores. Sua crítica argumenta contra a promoção do mutirão como política pública, pois essa solução habitacional estenderia a exploração capitalista, ao invés de promover os “direitos do antivalor”. Ele atribui à autoconstrução habitacional uma forma de trabalho extra que, ao não desafiar a lógica capitalista, é um não-valor. Assim, não reconhece essa “solução” e indica a complexidade das práticas “fora do valor” nas políticas habitacionais, destacando o papel do não-valor na reprodução do capital no capitalismo periférico.

A noção do não-valor representa um campo cego na obra de Harvey, que, por sua vez, destaca as “dávivas gratuitas” quando trata dos preços sem valor. Ele faz menção à capacidade do capital de expandir suas fronteiras e integrar variadas formas de trabalho e elementos possíveis de serem explorados em suas potencialidades e limitações. Estes produtos se referem àquilo que não é, em sua origem, resultado do trabalho alienado, mas que uma vez apropriado torna-se essencial para a reprodução do capital. A apropriação capitalista que dá origem às críticas sobre o uso da ciência, das dávivas gratuitas e do trabalho não remunerado aponta para:

o perigo de que as atividades não produtivas de valor ou sejam apropriadas pelo capital como base para a produção de valor (por exemplo apropriadas ou tomadas

como dádivas da natureza humana) ou funcionem como uma espécie de estoque para a reprodução do exército industrial de reserva (Harvey, 2018, p. 95).

Dimensão Política

A “política direta do antivalor” (Harvey, 2018) refere-se a práticas e políticas anticapitalistas que buscam existências não alienadas, situadas fora das esferas convencionais de produção e troca de mercadorias. Engloba a desmercadorização de bens e serviços básicos, abrangendo inclusive a noção de antivalor proposta por Oliveira (1998 [1988]). A visão de Harvey (2018), entretanto, contempla uma gama mais ampla de resistências que ocorrem em vários estágios da circulação do capital, incluindo greves, boicotes e movimentos contra a privatização.

Os dois oferecem perspectivas diferentes sobre a luta de classes. Ainda assim, subsiste em suas análises o reconhecimento da interconexão capitalista entre produção, reprodução, realização e distribuição, apontando a importância de compreender a totalidade da circulação do capital. Ambos expandem o conceito de luta de classes para além da esfera tradicional da produção, explorando como os conflitos se manifestam em outras áreas da vida cotidiana e na interação com o Estado.

As lutas que ocorrem na esfera da reprodução social e realização do valor são observadas por Harvey (2018). Ele alerta que estratégias de resistência bem-intencionadas podem inadvertidamente beneficiar o movimento de valorização e defende que as lutas sociais e políticas devem considerar a totalidade da circulação e a necessidade de diferentes alianças estratégicas, evitando armadilhas que comprometam a eficácia da resistência. É o caso, por exemplo, da proposta da implementação de uma renda básica nos EUA ou de reivindicações por aumentos salariais, que podem ir ao encontro dos interesses de empresários do Vale do Silício ao criar demanda para suas mercadorias ou ser apropriada através dos aumentos de preços⁷.

Para Oliveira (1998), o Estado social não é apenas resultado da luta de classes, mas um espaço de luta. As disputas sobre o fundo público e o orçamento surgem como um mediador na nova configuração da luta e das relações de classes na social-democracia. Há uma “publicização” das classes sociais, que se tornam sujeitos coletivos, mas sem abandonar o confronto direto entre empregados e patrões na esfera privada da produção, que não deixa

⁷ Análises críticas indicam que o passe livre no Brasil pode favorecer empregadores ao desonerar a folha de pagamento.

de existir. Não há, para ele, um pretense mercado autorregulado. O capital dependente do fundo público para sua reprodução e tem na revanche neo-liberal um esforço para a destruição dos “direitos do antivalor”, sem eliminar a dependência dos capitais privados dos recursos estatais.

Harvey é anticapitalista. Identifica nas práticas situadas fora da lógica do valor não apenas a manifestação de sobretrabalho, mas também o germe de práticas pós-capitalistas. Ele critica a tendência de incorporar essas atividades à teoria do valor capitalista, dando como exemplo a questão do trabalho doméstico, e questiona por que progressistas optariam por defender a submissão de todas as formas de trabalho a um regime alienado. Para ele, a resistência deve articular essas práticas como elementos de uma estratégia anticapitalista mais ampla, evitando as armadilhas que reforçam a acumulação capitalista. Salienta-se que nada comenta sobre a prática da autoconstrução da casa.

Em outro contexto, Oliveira adota uma posição distinta e transcende a discussão do não-valor ao apostar na social-democracia e nas possibilidades de redistribuição desde o fundo público. Entende que: “É preciso endereçar a construção da habitação decididamente para seu caráter de mercadoria” (Oliveira, 2006, p. 73). Assim, a sua aposta consiste na incorporação do não-valor nas lógicas do valor e dos direitos do antivalor. Algo diferente do caminho trilhado por Harvey, que, embora não distinga as noções de não-valor e antivalor, confia na potencialidade negativa dessas categorias para se contraporem ativamente a lógica do valor e desafiá-la como uma “ação direta” do antivalor – ainda que possam promover a acumulação ou resolver problemas da irracionalidade da superacumulação.

Dimensão espaço-temporal

As diferenças temporais e geográficas entre Harvey e Oliveira designam não apenas a transformação do capitalismo do Welfare State para o neoliberalismo, mas também a transição de práticas de desmercantilização para uma era de remercantilização. Ou seja, suas análises padecem tanto pela influência do contexto em que realizam as interpretações quanto pelo ritmo das transformações nos diferentes contextos. Ademais, Harvey descreve um cenário posterior ao de Oliveira, no qual a privatização e a mercadorização se intensificam, integrando na análise o que chamou de “dívidas gratuitas da natureza”, como os elementos naturais do subsolo e superfície, e “dívidas gratuitas da natureza humana”, como conhecimento e criatividade, que antes poderiam ser protegidas pelo Estado de Bem-Estar Social.

A partir do corte temporal, identificam-se funções análogas entre fundo público e capital financeiro. A forma através da qual ambos se combinam e interagem apresenta diferenças substanciais conforme os contextos geográficos (Harvey, 2018). Nesse sentido, as diferenças entre os autores considerados decorrem não apenas de uma diferença temporal, mas também geográfica. A perspectiva de Oliveira, situada na periferia do capitalismo, permite-lhe obter *insights* relativos ao não-valor, diferenciando-os daquelas manifestações da economia capitalista mais desenvolvida, que geram *insights* relativos ao antivalor. Afinal, a experiência e análise de um contexto capitalista mais homogêneo diferem daquele no qual a vida e a pesquisa ocorrem em um contexto mais fragmentado e desigual.

Nesse ponto, nos reencontramos com o próprio método da crítica visando a superação dos *insights*: a dialética, que mantém em centralidade a obra de Marx para compreensão e crítica ao capital ainda hoje. Isso justifica a exploração das noções de antivalor, permitindo apresentar desenvolvimentos que estendem a teoria do valor e, quiçá, a atualizam para a compreensão das crises atuais e dos desafios à sua superação. A contraposição e interposição dos objetos, dos argumentos e das perspectivas de partida de cada um dos autores permite ir além de uma leitura imediata e direta de suas proposições. O pensamento dialético ilumina a crítica às mediações e articulações entre as diferentes ordens, níveis e dimensões de análise. Ele aproxima e estende a crítica à totalidade – da reprodução social e da reprodução do próprio capital em toda sua complexidade – permitindo identificar brechas, continuidades, descontinuidades e outros caminhos que admitam práticas emancipatórias.

Entre a ordem próxima e a ordem distante

A reflexão crítica acerca da tríade proposta, articulando essas noções na ordem próxima e na ordem distante, visa qualificá-la em diferentes dimensões desde o próprio movimento do capital. Enquanto método, as sucessivas aproximações e distanciamentos sobre as categorias facultam uma perspectiva renovada (e ampliada) sobre a sua (re)produção na atualidade. As ordens permitem repensar os movimentos do valor e de suas formas negativas como uma totalidade aberta e em movimento.

Entre a ordem próxima e a ordem distante, a *propriedade* revela-se um elemento central de reflexão, pois se desenvolve conforme as relações dominantes de cada período e pode “expor todas as relações sociais da produção burguesa” (Marx, 1985 [1847], p. 143). Assim, aplica-se, como exercício teóri-

co-conceitual, a tríade proposta sobre a propriedade do dinheiro, do capital, da mercadoria e quiçá da natureza (como a terra).

O capital, em sua valorização, exprime uma relação (trabalho abstrato) imaterial (mas objetiva), cuja determinação é de natureza social (Marx, 2013 [1867]). Na ausência de uma expressão concreta, por exemplo, do ouro, o dinheiro é a forma que representa o valor (Marx, 2013 [1867]). No ciclo de reprodução⁸ do capital, a propriedade do dinheiro é fundamental para a sua mobilização enquanto capital, um “dinheiro [D] que se transforma em mercadoria [M] e, por meio da venda da mercadoria, retransforma-se em mais dinheiro [D’]” (Marx, 2013 [1867], p. 265).

A mera propriedade do dinheiro implica ao *entrepreneur* o seu empenho como investimento, visando expandir sua riqueza como capital (valor que se valoriza). O movimento contrário, de entesouramento do dinheiro, seria uma recusa ao investimento e uma forma de antivalor. Sendo o dinheiro investido “o ponto de partida e de chegada de todo processo de valorização” (Marx, 2013 [1867], p. 264), sob a forma rígida do tesouro, ele renuncia a sua determinação de autovalorização ao não ser posto em mediação ou em circulação (dinheiro-mercadoria ou capital). É, na ordem próxima, um valor negado que sequer chegou a se circunscrever aos movimentos do capital, uma vez que não se transformou em capital⁹.

Por outro lado, ao ser investido, o dinheiro se transforma em mercadoria, a forma elementar da riqueza capitalista. A posse de uma “enorme coleção de mercadorias” (Marx, 2013 [1867], p. 142) representa uma massa de riqueza em *potencial*, pois o seu conjunto precisa ser realizado para que o valor retorne à sua forma monetária em uma grandeza maior que a inicial e, assim, ser reinvestido conforme o ciclo do capital.

A realização da massa de mercadorias só é possível se, ao ser transacionada, servir como valor de uso a outrem, visto que, para o produtor, ela não possui valor de uso algum (Marx, 2013 [1867]). Na ocorrência do produto não ser objeto de uso para outro, ele não pode ser transacionado e, portanto, não possui valor. O bem “é inútil, também o é o trabalho nela contido [...] não cria, por isso, nenhum valor.” (Marx, 2013 [1867], p. 147). Nessas condições,

8 “As condições da produção são, ao mesmo tempo, as condições da reprodução” (Marx, 2013 [1867], p. 696).

9 “[Uma] coisa pode ser valor de uso sem ser valor. É esse o caso quando sua utilidade para o homem não é mediada pelo trabalho. Assim é o ar, a terra virgem, os campos naturais, a madeira bruta etc.” (Marx, 2013 [1867], p. 147).

a ausência de utilidade denega o retorno do capital investido e, por conseguinte, uma massa de *antivalor* é formada. Sob a forma material daquilo que deveria ser mercadoria, não pode nem ser considerado capital desvalorizado, já que o valor nunca foi, de fato, criado.

A propriedade do capital, por sua vez, refere-se a um conjunto mais amplo de relações de produção, que não exclui a própria forma mercadoria. Enquanto valor em movimento e em constante busca por valorização, qualquer percalço em seu ciclo implica em uma potencial desvalorização. Ou seja, pode-se negar tanto o valor quanto o mais-valor. Entretanto, conforme exposto anteriormente, tal movimento não é, necessariamente, contrário à formação de valor e pode, muito bem, impulsioná-lo. Sendo, às vezes, “preciso gerar antivalor para forçar a produção de valor” (Harvey, 2018, p. 185).

Um importante relevo que ganha cada vez mais destaque na atualidade é a contradição que recai sobre a produção de valor a partir da dominação financeira. Isto é, na generalização da expectativa de captura na forma de juro e/ou renda de parte de todo mais-valor a ser produzido pela sociedade. “Hipoteca-se o futuro ao passado” diz Harvey (2018, p. 150). Seja como capital portador de juros ou capital fictício, o progressivo deslocamento do valor futuro para o presente coloca-se no centro das relações atuais de dominação.

Sob a preponderância financeira, qualquer projeção de ganhos futuros pode ancorar diferentes formas de capital fictício. Na dimensão espaço-temporal, não surpreende que importantes frações do capital se voltaram, nas últimas décadas, para o ambiente construído. Afinal, há uma enorme massa de capital imobilizado no espaço cuja circulação se torna imaginável sob o feitiço do capital fictício. Ou seja, as ordens próxima e distante se concatenam, e a simples expectativa de receitas futuras, decorrente da construção ou operação de um edifício (ou infraestrutura), possibilita ao seu proprietário a capitalização desse montante a valor presente¹⁰. Este processo consiste na emissão de títulos de valores em função do negócio a ser realizado, que ficam em posse de investidores, podendo circular e, possivelmente, retornar sob a forma de renda aos proprietários dos títulos.

No desenvolvimento dos termos propostos, a mobilização do antivalor é dinâmica¹¹ e pode tanto promover a reprodução de capitais quanto preju-

¹⁰ A capitalização refere-se à formação de capital fictício (Marx, 2016 [1984], p. 672).

¹¹ Através da forma do Fundo Público, fonte de antivalor de Oliveira (1998 [1988]) ou pelas diversas formas discutidas por Harvey (2018).

dicá-la, seja pela expansão da dívida (pública ou privada) ou pela exploração desenfreada de recursos naturais (que nos tempos recentes animam o acúmulo de capital fictício). Esta questão metodológica de dinamização da noção de antivalor, porém, não se projeta apenas sobre ela, estendendo-se também às outras categorias tratadas.

Tem-se, neste sentido, aquela produção cuja força motriz não é o valor (a valorização do capital), mas a necessidade de sobrevivência e uma possibilidade de produção do comum. Se o antivalor é a negação do capital, ele se encontra circunscrito aos movimentos do capital. Assim, pleiteia-se o não-valor como aquilo que não se insere diretamente no processo de valorização do capital, isto é, não participa da produção ou da negação *imediata* do valor. Não se subordina, na ordem próxima, às relações de exploração direta, nem objetiva a produção de mais-valor ou a reprodução do capital. A apropriação do produto da autoconstrução ou da produção de subsistência, em função da tríade, permite desenvolver esta noção de não-valor.

Na autoconstrução da casa, como também na produção de subsistência, o beneficiado é o próprio produtor do bem. Ou seja, a produção de não-valores mobiliza apenas o trabalho improdutivo da coisa útil, e não implica em trabalho abstrato ou valorização do valor. Apesar disso, o uso do bem é o suporte material do valor e, em algumas situações, a utilidade da casa autoconstruída, tal como a do excedente do cultivo de subsistência, pode terminar por se unir à da massa de mercadorias produzidas para troca, tornar-se um valor de uso, receber um preço e, *como se fosse valor*, ser realizada. Porém, como, de fato, valor não é, será possível outro devir, que não a acumulação infundável de capital? Talvez, se nas crises houver recusa radical à sociedade do mais-valor.

A produção de não-valores revela uma potencialidade emancipatória. Incipiente, essa proposta sugere a reflexão sobre as formas negativas do valor como forma de pensar a produção social do comum (Harvey, 2016) em contraposição à produção do valor no “mundo mercadoria” (Lefebvre, 1991 [1974]). Neste momento, que, em face da iminência de crises sociais e eventos superpostos, é caracterizado como antropoceno; reforça-se a tríade valor, antivalor e não-valor (e sem valor) para repensar e praticar outro caminho. Nela, a negação ganha relevo ao colocar, como *devir*, a transformação e ressignificação da natureza e do valor para superação do capitaloceno. Isso configura-se como objeto de disputa e objetivo de classe que, ao negar a valorização do capital, busca privilegiar, contraditoriamente, na teoria do valor, aquilo destituído de valor.

Na perspectiva marxista, a produção de não-valores constituir-se-ia como força teórica e prática social para a *negação da negação do valor*, na qual a negatividade do mais-valor é transformadora da realidade social. Uma negação absoluta que, em vista da totalidade, contém positividade na *insurgência do uso*, em confronto e superação da visão mercantil. Enfim, emergirá o uso (não o valor) enquanto riqueza comum e a emancipação da vida do domínio imposto pelo mais-valor. ●

AGRADECIMENTOS

Expressamos nosso agradecimento ao Editor da Revista Geografares e ao avaliador anônimo pelos valiosos e construtivos comentários, que contribuíram para o aprimoramento desta pesquisa. Estendemos nossos agradecimentos à Dr.^a Beatriz Rufino (USP) e ao Dr. Guilherme Petrella (Unifesp) pela leitura atenta e pelas sugestões ao texto. O presente trabalho foi realizado com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Brasil. Processo nº 2022/15763-9 e Processo nº 2023/08544-1.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- HARVEY, D. **O Enigma do Capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- HARVEY, D. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013 [1982].
- HARVEY, D. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- HARVEY, D. **A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002 [1970].
- LEFEBVRE, H. **The production of space**. Cambridge: Basil Blackwell, 1991 [1974].
- MARX, K. **A miséria da filosofia**. São Paulo: Global, 1985 [1847].
- MARX, K. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011 [1858].
- MARX, K. **O Capital: crítica da economia política. Livro 1**. São Paulo: Boitempo, 2013 [1867].
- MARX, K. **O Capital: o processo global da produção capitalista. Livro 3**. São Paulo: Boitempo, 2016 [1894].
- OLIVEIRA, F. **Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- OLIVEIRA, F. **O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil**. Novos Estudos - Cebrap, 2006, p. 67-85.
- OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista/Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2013.

CONTRIBUIÇÕES DE AUTORIA

Paulo Cesar Xavier Pereira: Conceituação, Metodologia, Supervisão, Validação, Escrita – revisão e edição.

Vinicius Kuboyama Nakama: Conceituação, Investigação, Análise Formal, Escrita – primeira redação, Escrita – revisão e edição.

Kamir Freire Gemal: Conceituação, Investigação, Análise Formal, Escrita – primeira redação.

Tales Fontana Siqueira Cunha: Conceituação, Investigação, Análise Formal, Escrita – primeira redação.

Luis Andrés Cevallos Serrano: Conceituação, Investigação, Análise Formal, Escrita – primeira redação.

EDITOR DO ARTIGO

Cláudio Luiz Zanotelli

Universidade Federal do Espírito Santo

Vitória, Espírito Santo, Brasil

claudio.zanotelli@ufes.br

Artigo recebido em: 19/11/2024

Artigo aprovado em: 17/03/2025

Artigo publicado em: 21/03/2025